

## A Geopolítica clássica revisitada<sup>1</sup>

---

Não existe algo como uma ciência geral da geopolítica, que possa ser subscrita por todas as organizações estaduais. Há tantas geopolíticas quantos os sistemas estaduais em luta sob condições geográficas, as quais, no caso do poder marítimo e do poder terrestre são fundamentalmente diferentes. Há uma “Geopolitik”, uma “geopolitique” [...] Cada nação tem a geopolítica que pretende [...] Assim sendo, temos de olhar para a Geopolítica alemã como produto de um povo envolvido numa luta pelo domínio mundial.

Hans W. Weigert (1942: 22-23)

1. A Geopolítica da primeira metade do século XX tem múltiplas histórias relevantes, simultaneamente paralelas e concorrenciais – a portuguesa, a espanhola, a francesa, a italiana, a russa, a japonesa etc. –, daí a pertinência em falar-se preferencialmente no plural, em geopolíticas, em vez de geopolítica no singular, como um campo do conhecimento unitário. Neste contexto, de pluralidade de abordagens, é necessário traçar com clareza o objecto do nosso artigo, o qual é bastante mais restrito, sendo apenas centrado naquelas que podem ser consideradas as duas versões mais importantes da(s) geopolítica(s) europeia(s) – a germânica e a britânica – e nos traços essenciais que as fundamentam e individualizam.

Assim, nesta análise, propomo-nos passar em revista os traços fundamentais desta(s) geopolítica(s) da primeira metade do século XX, que designamos por «geopolítica clássica», tendo essencialmente em conta os trabalhos de referência dos seus dois maiores expoentes e rivais – o alemão Karl Haushofer e o inglês Halford John Mackinder. O principal objectivo é o de procurar, na abundante literatura teórica que entretanto foi publicada sobre o tema, novas perspectivas sobre a ascensão e

---

<sup>1</sup> Artigo originalmente publicado na revista *Nação & Defesa* 105 Verão (2003): 222-244. Desta versão não consta a bibliografia utilizada na elaboração do mesmo.

queda de uma «ciência», a qual, para o bem e para o mal, deixou a sua marca indelével numa época bastante conturbada da história europeia e mundial.

2. Antes de entrarmos propriamente na análise específica das características da *Geopolitik* (i. e. da geopolítica alemã) há um primeiro aspecto relevante a focar, que é o da origem da própria palavra. É consensual, no âmbito dos estudos da geopolítica, que o neologismo foi originalmente cunhado, no crepúsculo do século XX, pelo sueco Rudolf Johan Kjellén, professor das Universidades de Gotemburgo e Uppsala, mas, há divergências quanto ao momento exacto em que este foi utilizado pela primeira vez. Segundo Sven Holdar, num artigo intitulado *The Ideal State and the Power of Geography: the Life-Work of Rudolf Kjellén*, originalmente publicado na revista norte-americana *Political Geography*, em Maio de 1992 (citado por Ó Tuathail, 1996: 44 e nota 49; e por Heffernan, 2000: 27), o termo teria sido utilizado, pela primeira vez, em 1899, num trabalho sobre as fronteiras da Suécia. Por sua vez, Michel Korinman (membro do comité redactorial da revista francesa de geografia e geopolítica, *Hérodote*, e da revista italiana de geopolítica *Limes*), refere que Kjellén utilizou, pela primeira vez a palavra numa comunicação intitulada *Inledning till Sveriges geografi* (Introdução à geografia da Suécia), efectuada no âmbito das Conferências destinadas ao grande público da Universidade de Gotemburgo, que decorreram no Verão de 1900 (Korinman, 1990: 152).

Se quanto à data da primeira utilização da palavra há algumas incertezas, já nos parece haver mais certezas na afirmação de que na gestação deste neologismo se podem detectar, facilmente, as influências exercidas pela formação ambivalente do seu autor – Kjellén era diplomada em Ciência Política por Uppsala, mas foi também professor de Geografia na Universidade de Gotemburgo. Mas, para além das credenciais académicas é importante notar, ainda, que Kjellén foi, igualmente, um político activo e influente da Suécia no início do século XX, membro do Parlamento sueco, senador, e um defensor de ideais nacionalistas de tipo conservador-autoritário, alternativos ao modelo de democracia liberal representado pela França e pelo Reino Unido. À célebre trilogia revolucionária francesa de 1789, liberdade/igualdade/fraternidade contrapôs, juntamente com o germânico Werner

Sombart (conhecido pelas suas teses sobre a origem do capitalismo, como produto privilegiado de uma ética judaica), uma nova trilogia – dever/ordem/justiça.

O neologismo foi também um produto directo do contexto histórico-político vivido por Kjellén, na transição do século XIX para o século XX, onde a Suécia estava profundamente dividida pelo debate em torno da dissolução da união de Estados Sécia-Noruega, que datava de 1814 (uma compensação territorial adquirida pela Suécia, no final das guerras napoleónicas, devido à perda da Finlândia para a Rússia czarista, em 1808), e que acabou por se verificar em 1905. O professor de Uppsala foi um forte opositor da independência da Noruega, tendo, para o efeito, redigindo diversos manuscritos (entre os quais o já referido *Inledning till Sveriges geografi*) e efectuado virulentas intervenções políticas contra essa dissolução. Note-se que apesar da postura de neutralidade adoptada pela Suécia, desde o ano de 1814, o tema do império perdido e a nostalgia da grandeza do passado estiveram sempre presentes na sociedade sueca e na agenda dos partidos políticos até à I Guerra Mundial, facto que é compreensível se tivermos em conta que, historicamente, até à ascensão da Rússia e da Prússia ao estatuto de grandes potências europeias durante o século XVIII, a Suécia era a principal potência militar no Norte da Europa e da região do Báltico (Lacoste [ed.] 1993 [1995]: 1437).

A receptividade ao discurso imperialista/conservador/autoritário e ao neologismo de Kjellén foi bastante significativa, não só na Suécia, como entre o público de língua alemã (Alemanha e Áustria). Por isso, as ideias de Kjellén e a palavra *Geopolitik* rapidamente se tornaram populares não só na Suécia como na Alemanha (quer nos meios académicos, quer mesmo entre o público em geral), tendo o neologismo sido introduzido, tal como os trabalhos de Kjellén, pelo geógrafo austríaco Robert Sieger, nos primeiros anos do século XX (Korinman, 1990: 349, nota 79). Esta rápida germanização da *Geopolitik* deveu-se também ao facto do sueco Kjellén ter uma profunda simpatia e admiração pela Alemanha imperial (era casado com uma alemã), e constituir, juntamente com o britânico Houston Stewart Chamberlain (que se naturalizou alemão em plena I Guerra Mundial...), e o francês Joseph-Arthur, conde de Gobineau (autor do *Essai sur l' Inégalité des Races Humaines*, publicado entre 1853-1855, onde proclamava a supremacia da raça branca

em geral e dos arianos em particular...), um famosíssimo trio não alemão super germanófilo (Weigert, 1942: 275).

A explicação do significado do neologismo e do objecto deste novo saber foi feita por Kjellén na sua obra mais importante, *Staten som Lifform* (O Estado como forma de vida, 1916) redigida originalmente em sueco, mas rapidamente traduzida para alemão (*Der Staat als Lebensform*, com a 1ª edição em 1917), e também publicada na Alemanha (edição de 1924), por aquele que seria o futuro editor da *Zeitschrift für Geopolitik* (Revista de Geopolítica) – Kurt Vowinkel. Nesta obra, a Geopolítica foi apresentada como “a ciência do Estado enquanto organismo geográfico tal como este se manifesta no espaço” sendo o Estado entendido como país, como território, ou de uma maneira mais significativa como império. Esta nova “ciência” tinha por objecto constante o Estado unificado e pretendia contribuir para o estudo da sua natureza profunda, enquanto que a Geografia Política “observava o planeta como *habitat* das comunidades humanas em geral”. (Korinman, 1990: 152).

Assim, para Kjellén, a Geopolítica não era um neologismo inócuo de agradável ressonância erudita, como afirmavam os seus críticos e detractores, nem, certamente, mais uma palavra “cara” (*five dollar term*) com um *glamour* sinistro como a qualificou a revista norte-americana *Life*, durante a II Guerra Mundial (Hans Weigert citado por Ó Tuathail, 1996: 112 e nota 4). Tratava-se, antes, de um neologismo que designava uma verdadeira ciência autónoma, com um objecto novo, diferente da *Politische Geographie* (Geografia Política, 1897), criada pelo mais importante geógrafo germânico da segunda metade do século XIX – Friedrich Ratzel – o detentor da cátedra de Geografia (1886) na prestigiada Universidade de Leipzig e um dos mais influentes geógrafos da Europa novecentista.

Não é provavelmente exagero afirmar que Ratzel revolucionou a geografia do seu tempo, influenciando Kjellén e outros geógrafos importantes fora do espaço cultural germânico, como o francês Paul Vidal de la Blanche. A sua *Antropo-Geographie* (Antropogeografia, 1882), juntamente com a já referida *Politische Geographie*, encontram-se entre as principais obras clássicas da Geografia novecentista. Mas, o trabalho de Ratzel está também mais ou menos associado às concepções evolucionistas e biológicas do Estado e da sociedade que

progressivamente se difundiram pelo campo das Ciências Sociais, após a publicação por Charles Darwin de *On the Origin of Species by means of Natural Selection or the Preservation of Favoured Races in the Struggle for Life* (A Origem das Espécies por meio da Seleção Natural ou a Preservação das Espécies mais favorecidas na Luta pela Vida, 1859).

Com a *Politische Geographie* de 1897 e *Der Lebensraum* (O Espaço Vital) de 1901 as concepções evolucionistas e biológicas fizeram também sua aparição na Geografia e, Ratzel, foi acusado de ter o seu trabalho imbuído de uma perversa “filosofia darwinista do espaço”. A complexidade da obra de Ratzel, aumentada pelo número volumoso de páginas dos seus livros e pela dificuldade inerente à compreensão linguagem utilizada (quer pelo seu carácter eminentemente técnico, quer pela ambiguidade da própria redacção) contribuíram, provavelmente, para alicerçar a convicção de que este partilhava das principais teses do darwinismo social europeu, na linha, por exemplo, de Herbert Spencer.

Todavia, não é isenta de controvérsia a qualificação de Ratzel com o epíteto de “darwinista social” porque em diversas partes dos seus trabalhos este se demarcou das teses racistas de Gobineau e de Chamberlain e das próprias teses do darwinismo social europeu, de Spencer. O que se pode constatar é que este recorreu, num certo número de casos concretos, a uma espécie “racismo funcional ligado à ideologia colonialista do século XIX europeu, posição, aliás, frequente na época.” (Korinman, 1990: 41). Quanto ao organicismo ratzeliano, é também um facto que a metáfora do “Estado-organismo” atravessa toda a sua *Politische Geographie* e que, tomada no seu sentido literal a ideia do organismo político remete, inevitavelmente, para as teses do darwinismo social europeu. Com efeito, uma vez admitida a concepção segundo a qual os Estados vivem e morrem como os indivíduos do sistema animal e vegetal, a ideia de uma *struggle for life* (luta pela vida), facilmente se impõe a nível político. No entanto, e ainda segundo Michel Korinman, o pensamento de Ratzel é mais ambíguo e complexo do que esta leitura sugere: o que provavelmente este pretendeu fazer com o recurso à metáfora do “Estado-organismo” foi, através de um processo de *imitatio scientiae*, dotar a Geografia Política de um cariz verdadeiramente científico que lhe permitisse formular leis similares às da Ciências da Natureza. (*idem*: 42).

O contributo precursor de Ratzel e Kjellén para a formação de um saber geopolítico, insere-se numa longa e importante tradição alemã de estudos geográficos, iniciada na transição do século XVIII para o século XIX por Alexander von Humboldt e por Carl Ritter, que são considerados, mais ou menos unanimemente, como os fundadores da moderna Geografia europeia. Nessa tradição, um significativo papel foi também desempenhado pela *Gesellschaft für Erdkunde* (Sociedade de Geografia), de Berlim (1828) – a segunda mais antiga da Europa, a seguir à Sociedade de Geografia de Paris (1821), mas, indiscutivelmente, a primeira em termos de importância, prestígio e volume dos trabalhos desenvolvidos durante o século XIX.

Para além da referida tradição de estudos geográficos desenvolveu-se na Alemanha novecentista, uma importante corrente de estudos histórico-políticos estreitamente associada ao movimento nacionalista alemão que impulsionou a unificação de 1871, sob a liderança da Prússia e do “chanceler de ferro” – Otto von Bismarck. Dentro desse movimento destacaram-se os trabalhos dos historiadores Leopold von Ranke e Heinrich von Treitschke, que estão estreitamente ligados à difusão de dois neologismos no vocabulário político novecentista: a *Realpolitik* (política realista) e a *Machtpolitik* (política de potência) (Aron, 1962 [1984]: 58).

A crescente difusão dos referidos neologismos, em língua alemã, por toda a Europa, ao longo da segunda metade do século XIX, levou a que a palavra *Realpolitik* suplantasse em popularidade a tradicional expressão francesa *Raison d'État* (Razão de Estado), apesar do seu significado ser essencialmente equivalente. Por idênticas razões, este deveria também ter sido o percurso da palavra *Geopolitik*, destinada a ocupar um lugar similar no léxico político europeu (mais à frente veremos porque isso não aconteceu). É importante notar que esta substituição da *Raison d'État* pela *Realpolitik* não deixou de estar revestida de um importante significado simbólico: traduziu, em termos linguísticos, a superação da França pela Alemanha na supremacia sobre a Europa continental a partir da década de 60 do século XIX (Kissinger, 1994: 87).

Com ligação mais ou menos directa (Ratzel e Ritter) ou indirecta (Humboldt) à prestigiada tradição novecentista alemã de estudos geográficos e à referida tradição histórica-nacionalista da *Realpolitik* (Ranke) e da *Machtpolitik* (Treitschke), surgiu na

Alemanha segunda década do século XX, aquilo que ficou conhecido como a “Escola alemã da Geopolítica” ou “Escola de Munique”. A sua principal publicação divulgadora foi a *Zeitschrift für Geopolitik*, fundada em 1924 e destinada preferencialmente a geógrafos profissionais, mas visando também a divulgação dos seus conteúdos junto de não especialistas, diplomatas, homens políticos, jornalistas e industriais. A criação da *Zeitschrift für Geopolitik* resultou de um esforço conjunto do editor, Kurt Vowinkel, e de uma equipa redactorial de geógrafos, com competências repartida por áreas geográficas específicas, composta por Karl Haushofer (Ásia), Erich Obst (Europa e África), Otto Maull (Américas) e Hermann Lautensach (mundo na sua globalidade). Nela colaboraram também alguns dos mais importantes geógrafos, politólogos e especialistas de Relações Internacionais da época (não só alemães como austríacos, húngaros, polacos, romenos, sul americanos e até soviéticos...).

A personalidade central da *Zeitschrift für Geopolitik* foi, indiscutivelmente, o major-general/professor doutor Karl Haushofer, cuja vida e obra foi já objecto de numerosos trabalhos de investigação (embora na sua quase totalidade em língua alemã), tendo o trabalho de pesquisa mais exaustivo e completo sido efectuado no final dos anos 70, pelo historiador alemão Hans-Adolf Jacobsen em *Karl Haushofer Leben und Werk I-II*, 1979 (Korinman, 1990: 153 e nota 84; Steuckers, 1992: 7).

Em Haushofer reuniam-se as características do militar e do académico: para além dos conhecimentos de estratégia militar inerentes à sua sua formação de alta patente e ao exercício de docência na academia militar, era detentor de significativas credenciais académicas. Em 1913, na Universidade de Munique, sob a orientação do professor August von Drygalski, fez um doutoramento subordinado ao tema *Der deutsche Anteil an geographischen Erschließung Japans und desubjapanischen Erdraums und deren Förderung durch den Einfluß vom Krieg Wehrpolitik* (A parte dos alemães na exploração geográfica do Japão e do seu espaço; influência da guerra e da política militar sobre este empreendimento). Entretanto, os seus trabalhos académicos foram interrompidos pelo desencadear da I Guerra Mundial (1914), para a qual foi mobilizado, tendo combatido integrado nas fileiras do exército alemão

sobretudo nas batalhas da frente ocidental, ocorridas nas regiões francesas da Picardia, Alsácia e Lorena.

Com o armistício (Novembro de 1918), e o fim do conflito, regressou à vida civil e reinscreveu-se na universidade, onde apresentou um novo trabalho de tese subordinado ao tema: *Grundrichtungen in der Geographischen Entwicklung des Japanischen Kaiserreiches, 1854-1919* (Linhas Directrizes da Evolução Geográfica do Império Japonês, 1854-1919) tendo sido, ainda no decurso desse mesmo ano, nomeado professor do Instituto Geográfico da Universidade de Munique. Os seus escritos tornaram-se rapidamente populares na Alemanha e tiveram mesmo um certo reconhecimento internacional, inclusive fora do mundo germânico, como comprova o facto de ter sido admitido como membro da *American Geographical Society* (1930). Note-se, ainda, que para o seu sucesso contribuiu, também, a sua experiência no exercício de cargos militares e o vasto conhecimento prático das imensas regiões da Ásia e do Pacífico, especialmente do Japão, onde desempenhou funções como adido militar (1908-1910).

Para a compreensão dos trabalhos de Haushofer e da *Zeitschrift für Geopolitik* é importante notar que estes se desenvolveram num período político, económico e social extremamente conturbado da história da Alemanha da primeira metade do século XX, em que era grande a difusão entre a população de um sentimento de decadência, que estimulava a necessidade de promover o ressurgimento do Ocidente (liderado pela Alemanha), ideia amplamente sugerida por obras de intelectuais famosos como Oswald Spengler em *Der Untergang des Abendlandes* (A Decadência do Ocidente I-II, 1918-1922). A isto temos de juntar, ainda, a humilhação sofrida pela derrota militar na I Guerra Mundial e a incapacidade do regime democrático instituído pela República de Weimar (1918-1933) – que sucedeu à renúncia do Kaiser Wilhelm II e ao fim da Alemanha imperial do II *Reich* (1871-1918) – em resolver os problemas sociais e territoriais. E temos de adicionar também a subversão do regime democrático de Weimar e a sua deposição pelo partido nazi de Adolf Hitler, com a fundação do III *Reich* (1933-1945), estreitamente associada ao desencadear dos trágicos acontecimentos da II Guerra Mundial.

É também importante notar que os trabalhos de Haushofer surgiram no contexto de um grande debate que, nos anos 1924-1925, estalou entre a comunidade de geógrafos alemães e que opôs os defensores da Geografia Política clássica, na linha de Ratzel, aos defensores de uma nova Geopolítica. Este debate desencadeou-se essencialmente por duas grandes razões: a primeira, de contornos marcadamente académicos e de tipo epistemológico, resultava do facto de Kjellén ter sustentado a criação não só de um neologismo, como também de uma ciência original, só que a sua posição não era propriamente consensual entre a comunidade dos geógrafos alemães (os detractores de Kjellén afirmavam que este não tinha criado nenhuma disciplina nova, pois apenas tinha deslocado a Geografia Política para o espaço da Antropogeografia de Ratzel, e colocado a Geopolítica no lugar da Geografia Política ratzeliana... ); a segunda razão tinha contornos menos académicos e bastante mais políticos, e era consequência directa do já referido ambiente conturbado que se vivia na Alemanha após a derrota na I Guerra Mundial, existindo, dentro da comunidade de geógrafos, diversas vozes que sustentavam que esta tinha tido também grandes responsabilidades nessa derrota, por não ter sabido contribuir para uma formação geopolítica adequada da classe dirigente e da própria população, ao contrário do que acontecera nas rivais Grã-Bretanha e França.

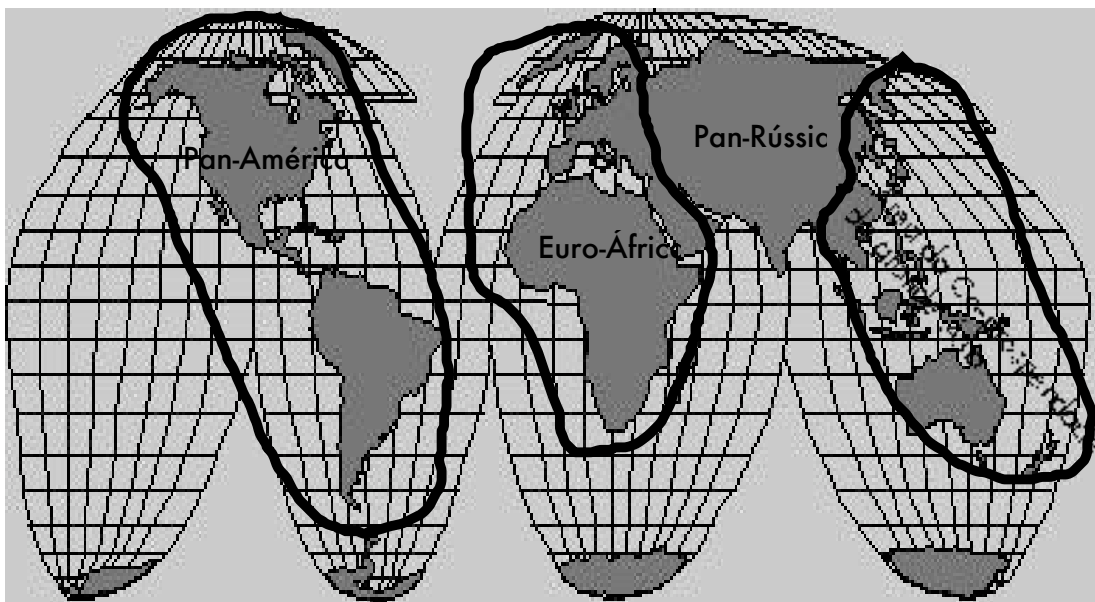
Karl Haushofer foi um dos principais protagonistas desse debate. Num artigo que ficou famoso nos anais desta polémica, precisamente intitulado *Politische Erdkunde und Geopolitik* (Geografia Política e Geopolítica, 1925), começou por sustentar a necessidade de difundir o conhecimento geopolítico, como saber estratégico, entre a elite dirigente alemã (políticos, diplomatas e militares) e a população em geral. E, para isso, era necessário romper com a tradição geográfica anterior pois a disciplina, a Geografia, tinha-se constituído de uma maneira errada, sobre o dualismo Geografia Física/Geografia Humana, sendo o trabalho de Ratzel, embora indiscutivelmente importante, já ultrapassado. Então, traçou uma distinção entre a Geografia Política, que estuda a distribuição do poder estatal à superfície dos continentes e as condições (solo, configuração, clima e recursos) nas quais este se exerce, e a Geopolítica que tem por objecto a actividade política num espaço natural (Korinman, 1990: 155).

Se esta distinção se apresentava ainda fluída, posteriormente, outro elemento da equipa redatorial da *Zeitschrift für Geopolitik*, Hermann Lautensach, num artigo intitulado a *Geopolitik und Schule* (“A Geopolítica na Escola”, 1928), traçou os seus contornos de uma maneira mais evidente: enquanto a Geografia Política tem por objecto as formas do ser estaduais e adopta uma perspectiva “estática”, a Geopolítica interessa-se pelos processos políticos do passado e do presente, e está imbuída de uma perspectiva “dinâmica” (*idem*: 155).

Para além desta tomada de posição no debate que opôs geógrafos a geopolíticos podem-se encontrar, no âmbito dos vastíssimos trabalhos de Haushofer na *Zeitschrift für Geopolitik* (uma listagem dos principais artigos publicados por Haushofer pode encontrar-se em Steuckers, 1992 5-6), várias ideias e teses geopolíticas importantes, algumas das quais vamos analisar mais de perto, pela sua relevância, quer para a compreensão do seu pensamento, quer pelas suas implicações políticas na Alemanha do período entre as duas guerras mundiais.

A primeira foi formulada em *Grenzen in ihrer Geographischen und Politischen Bedeutung* (As Fronteiras e o seu Significado Geográfico e Político, 1927), onde exortou os seus compatriotas a aprofundarem o conhecimento sobre as fronteiras nacionais, defendendo que estas são factos biogeográficos, e que por isso não se podem compreender, nem justificar, apenas por critérios jurídicos. Assim, as fronteiras biologicamente justas são as que são pensadas, concebidas e traçadas segundo uma perspectiva multidisciplinar (histórica, geográfica, biológica, etc.) e não estritamente jurídica. Em defesa desta concepção biogeográfica das fronteiras, argumentou ainda que certos povos, especialmente os que não dispunham de reservas coloniais (*i. e.* territoriais), poderiam ser constrangidos, a ter de efectuar uma drástica limitação de nascimentos, para manterem a sua população em valores comportáveis com a dimensão do território. E denunciou o egoísmo das nações colonialistas, que condenavam à regressão ou até mesmo ao desaparecimento, as nações europeias que não tinham deixado a sua área de fixação original (Steuckers, 1992: 2).

Mapa I – As pan-regiões de Haushofer



Num segundo importante trabalho, intitulado *Geopolitik der Pan-Ideen* (Geopolítica das Ideias Continentalistas, 1931), foi desenvolvido aquilo que ficou conhecido como tese das “Pan-regiões”, sendo, ironicamente, a sua concepção influenciada pela ideia da “Pan-Europa”, promovida na época pelo conde austríaco Richard Coudenhove-Kalergi (curiosamente também com grandes ligações ao Japão, pelo facto de ter nascido em Tóquio, onde o seu pai foi diplomata no tempo do império Áustro-Hungaro, e de a sua mãe ser de origem nipónica), uma personalidade que figura, com um merecido lugar de destaque, nos anais dos movimentos europeístas que defendiam a unificação política europeia, por via pacífica, no período entre as duas guerras mundiais.

Entre outras propostas inovadoras, foi Coudenhove-Kalergi quem primeiro formulou a ideia da gestão comum do carvão e do aço franco-alemão, como método de reconciliação, no ano de 1923, ideia que no pós-II Guerra Mundial foi retomada

por Jean Monnet (a quem normalmente é atribuída a sua autoria) e pelos fundadores das Comunidades Europeias. Todavia, é fundamental notar que não era exatamente essa a ideia das “Pan-regiões” nem de unidade europeia que Haushofer propunha. O recurso a uma hegemonia eventualmente violenta da potência dominante (a Alemanha), era admitido, se necessário, para o controlo da região que lhe estava adstrita, o que nada tinha a ver com pan-europeísmo pacífico e de adesão voluntária dos Estados defendido por Coudenhove-Kalergi.

Nesta tese geopolítica foram identificadas quatro grandes regiões mundiais: a “Euro-África” (abrangendo toda a Europa, o Médio-Oriente e todo o continente africano); a “Pan-Rússia” (abrangendo a generalidade da ex-União Soviética, o subcontinente indiano e o leste do Irão); a “Área de Co-prosperidade da grande Ásia” (abrangendo toda a área bordejante da Índia e sudeste asiático, o Japão, as Filipinas, a Indonésia, a Austrália e generalidade das ilhas do Pacífico); e a “Pan-América” (onde se inseria todo o território desde o Alaska à Patagónia e algumas ilhas próximas do Atlântico e do Pacífico).

Estreitamente ligada com a tese das “Pan-regiões” encontra-se a ideia dos Estados-directores” (*i. e.* de um directório de potências), que consistia na liderança de cada uma dessas áreas por um Estado forte, dinâmico, com grande população e recursos, dotado de altos padrões económicos e industriais, bem como de uma posição geográfica que lhe permitisse exercer um efectivo domínio sobre os restantes. Os Estados melhor posicionados para exercer essa liderança seriam, segundo Haushofer, a Alemanha (Euro-África), a Rússia (Pan-Rússia), o Japão (Área de Co-prosperidade da grande Ásia) e os EUA (Pan-América).

A *Geopolitik der Pan-Ideen* e outros trabalhos de Haushofer tiveram significativas repercussões no exterior, especialmente no Japão imperial dos anos 30 e 40 (que, juntamente com a Itália de Mussolini, constituiu um elo fundamental das chamadas potências do “Eixo”). Nesse país, o conceito de geopolítica de Kjellén tinha já sido introduzido, em 1925, pela mão do geógrafo Chikao Fujisawa, numa recensão crítica do já referido trabalho de Kjellén, *Staten som Lifsform*, publicada num jornal nipónico de Direito Internacional e Diplomacia, onde Fujisawa apontava as potencialidades abertas pelo mesmo, para um estudo das questões geográficas e

políticas ligadas ao Estado fora da perspectiva formal e abstracta tradicional (Takeuchi, 2000: 72). Estando o caminho intelectual já aberto pela receptividade de Fujisawa e outros geógrafos ao neologismo de Kjellén, a rápida aceitação e popularidade dos trabalhos Haushofer no Japão, deveu-se, também, ao seu profundo conhecimento do carácter do povo japonês e das suas instituições políticas, militares e sociais, relatado elogiosamente em *Dai Nihon. Betrachtungen über Gross-Japans Wehrkraft Gross-Japans Weherkraft, Weltstellung und Zukunft* (O Grande Japão. Observações sobre a defesa a posição mundial e o futuro do Japão, 1913).

Todavia, é importante notar que a geopolítica japonesa não foi meramente um produto importado da Alemanha, sendo os seguidores de Haushofer apenas umas das suas correntes importantes. Antes da sua influência chegar ao Japão, já existia a influente escola geográfica da Universidade Imperial de Kyoto, dirigida por Saneshige Komaki, onde se desenvolveu uma escola de geopolítica com características próprias: a Escola de Kyoto; e existia também uma importante organização de estudos geográficos, económicos e políticos: a Associação Japonesa de Geopolítica, liderada por Nihon Chiseigaku Kyokai (*ibidem*: 75).

3. Se é associado à história da geopolítica alemã que encontramos a origem conceito e os mais significativos esforços de teorização (e justificação) de uma disciplina nova é, por sua vez, no âmbito da *Geopolitics* (*i. e.* da geopolítica britânica) que encontramos o que habitualmente é considerado principal texto fundador da disciplina: *The Geographical Pivot of History*, tema da conferência proferida pelo *Honourable Sir* Halford John Mackinder, em Londres, na Sociedade Real de Geografia, a 21 de Janeiro de 1904. O seu autor foi um notável geógrafo e académico na sua época, professor de Geografia em Oxford (1887-1905) – o primeiro desde que no século XVI Richard Hakluyt ensinara Geografia nessa universidade –, director do Colégio Universitário de Reading (1892-1903), director da *London School of Economics and Political Sciences* (1903-1908) e um explorador famoso do continente africano, sendo o primeiro europeu a escalar o monte Quénia até ao seu cume (1899).

O principal objectivo de Mackinder, como geógrafo e professor, foi reabilitar a imagem da Geografia aos olhos do mundo académico, na esteira dos prestigiados trabalhos de Carl Ritter e Friedrich Ratzel na Alemanha. E, tal como Ritter, que

ensinava na universidade e na Escola de Guerra, Mackinder deu também cursos aos oficiais do Estado-maior britânico (a partir de 1906). Mas, para além dos seus objectivos estritamente académicos como geógrafo-professor, desenvolveu uma carreira política activa e esteve ligado aos círculos dirigentes britânicos. A sua participação política iniciou-se nas fileiras dos chamados “liberais imperialistas”, mas após a decisão do secretário do governo britânico para as colónias, Joseph Chamberlain, em 15 de Maio de 1903, de renunciar oficialmente a uma política de livre comércio em detrimento de uma política comercial tarifária proteccionista do comércio no interior do império (pretendendo fechá-lo à crescente concorrência alemã e norte-americana), deu-se uma cisão nas fileiras dos “liberais imperialistas”: de um lado ficaram os partidários do livre comércio sem restrições ao exterior; do outro os que, invocando razões estratégicas e geopolíticas defendiam a política tarifária proteccionista de Joseph Chamberlain. Mackinder juntou-se a estes últimos e, posteriormente, acabou por associar-se aos conservadores tendo ocupado o cargo de deputado na Câmara dos Comuns (1910-1922); desenvolveu, ainda, missões diplomáticas no Sul da Rússia (1919-1920), para onde foi nomeado pelo *Foreign Office*, dirigido na época por Lord Curzon, como Alto Comissário britânico, tendo, após o seu regresso, trabalhado activamente na fundação de uma aliança anti-bolchevique.

Não deixa de ser curioso verificar também a existência significativas similitudes entre Halford Mackinder e o seu mais célebre contemporâneo – Winston Churchill –, quer nos percursos pessoais, quer nas ideias (a principal divergência de ideias que se pode detectar entre estas duas personalidades é sobre a questão do livre comércio no interior do Império Britânico: enquanto Mackinder foi um acérrimo defensor do proteccionismo comercial, Churchill cerrou fileiras em torno de um política de livre comércio). Ambos nasceram durante o longo reinado da Rainha Vitória (1837-1901), o período áureo do império no século XIX (Mackinder em 1861; Churchill em 1874); ambos podem ser descritos através das palavras que Fañçois Bédarida (1999: 369), magistralmente utilizou para caracterizar o percurso de Churchill: “não se pode compreender a [sua] vida nem a [sua] obra sem perceber até que ponto ele permaneceu um vitoriano imerso – outros dirão – perdido na modernidade do século

XX”; ambos foram ardentes defensores do Império Britânico e empreenderam viagens exploratórias e/ou combateram ao serviço do império (subida ao monte Quénia, de Mackinder, em 1899; combate na guerra dos *Boers*, na África do Sul, de Churchill, em 1899-1900, etc.); ambos transitaram do Partido Liberal para o Partido Conservador (Mackinder em 1910; Churchill em 1924); ambos mostravam uma desconfiança endémica face à Rússia (especialmente após a revolução bolchevique de 1917), como principal inimigo do Império Britânico, do Estado de direito, da liberdade e da democracia; ambos acabaram por projectar o seu nome na história, sobretudo devido aos acontecimentos da II Guerra Mundial.

Se *The Geographical Pivot of History*, de Mackinder, é generalizadamente considerado o texto fundador do discurso geopolítico moderno, não deixa também de ser curioso notar, no mesmo, a ausência total da palavra Geopolítica. Essa ausência pode-se também constatar em todos os outros trabalhos importantes do geógrafo britânico. Tudo indica que essa ausência foi deliberada, e que não se deve propriamente a um desconhecimento dos trabalhos de Kjellén e dos seus seguidores alemães, mas a uma premeditada atitude patriótica (compreensível se atendermos às suas posições políticas anteriormente expostas), de rejeição do neologismo devido à sua conotação germânica.

Voltando à análise do texto fundador de Mackinder, verifica-se que este passou em revista, de uma maneira sintética e abrangente, a história universal, através de uma grelha de leitura geográfica, sustentando que foi nas imensas planícies asiáticas que ocorreram os acontecimentos decisivos da história universal, e que esta zona do mundo tem teve, milenarmente, uma influência decisiva no rumo dos acontecimentos mundiais. Face a esta constatação histórico-geográfica propôs um conceito analítico original – a área *pivot* (1904) – cuja designação (e contornos), foram posteriormente alterados para *Heartland* (1919), como resultado da sua reflexão sobre os acontecimentos<sup>2</sup> da I Guerra Mundial (Blouet, 1987: 167), e, provavelmente também,

---

<sup>2</sup> “The inclusion of East Europe in the Heartland concept was of importance. Mackinder, after an examination of the events leading up to World War I, had come to the opinion that the struggle for command of the Heartland would be between Germany and Russia [...] The Heartland concept was not a statement of the Pivot idea; it was a prediction made in the light of practical politics and the First World War, and it proved to be remarkably accurate [...] The 1919 statement brought in a tradition that

da influência exercida pelo seu contemporâneo, o geógrafo da Universidade de Londres, James Fairgrieve, em trabalhos como *Geography & World Power* (1915).

A este propósito, não deixa de ser curioso notar que, ao contrário do que acontece com a *Geopolitik* de Karl Haushofer (normalmente abundantemente ligada a outros contributos, às vezes até sem grande fundamentação...), a geopolítica britânica da primeira metade do século XX é, normalmente, apresentada como tendo em Mackinder a sua figura central e mais ou menos única, e as suas ideias são também apresentadas como revestindo uma quase total originalidade, face à ausência de conexões estabelecidas com trabalhos precursores, ou de geógrafos seus contemporâneos. Mas esta imagem naturalmente que não resiste a uma análise mais profunda dos trabalhos de Mackinder. *The Geographical Pivot of History* (1904) foi, em grande parte, uma reacção britânica à influência (que Mackinder julgava perniciosa para o poder britânico), dos trabalhos do almirante norte-americano Alfred Thayer Mahan sobre a apologia do poder marítimo, o mais famoso dos quais intitulado *The Influence of Sea Power upon History, 1660-1783* (1890). O grande impacto dos trabalhos de Mahan sobre os seus contemporâneos pode-se facilmente constatar-se na rival Alemanha onde, por exemplo, o Kaiser Wilhelm II determinou que os livros Mahan fossem leitura obrigatória pelos oficiais da sua marinha imperial.

Por sua vez, o compatriota de Mackinder, James Fairgrieve, no já referido *Geography & World Power* (1915), analisou as conexões entre os factores geográficos e o poder estadual ao longo da história, numa linha de pensamento semelhante à que Mackinder desenvolveu inicialmente no escrito de 1904 e, posteriormente, num outro importante trabalho publicado no imediato pós I Guerra Mundial, intitulado *Democratic Ideals and Reality* (1919). Quer dizer, Mackinder foi simultaneamente influenciador e influenciado por Fairgrieve. Isso é visível no seu trabalho de 1919, onde o *Heartland* surge como uma vasta região que corresponde, na sua essência, às imensas planícies do continente asiático, que geograficamente têm o seu início na Europa Leste e que pela sua imensidão e protecções naturais (gelos árticos no norte e

---

saw Central Europe as the fulcrum from which the lever of power could be exercised» (Blouet, 1987: 167).

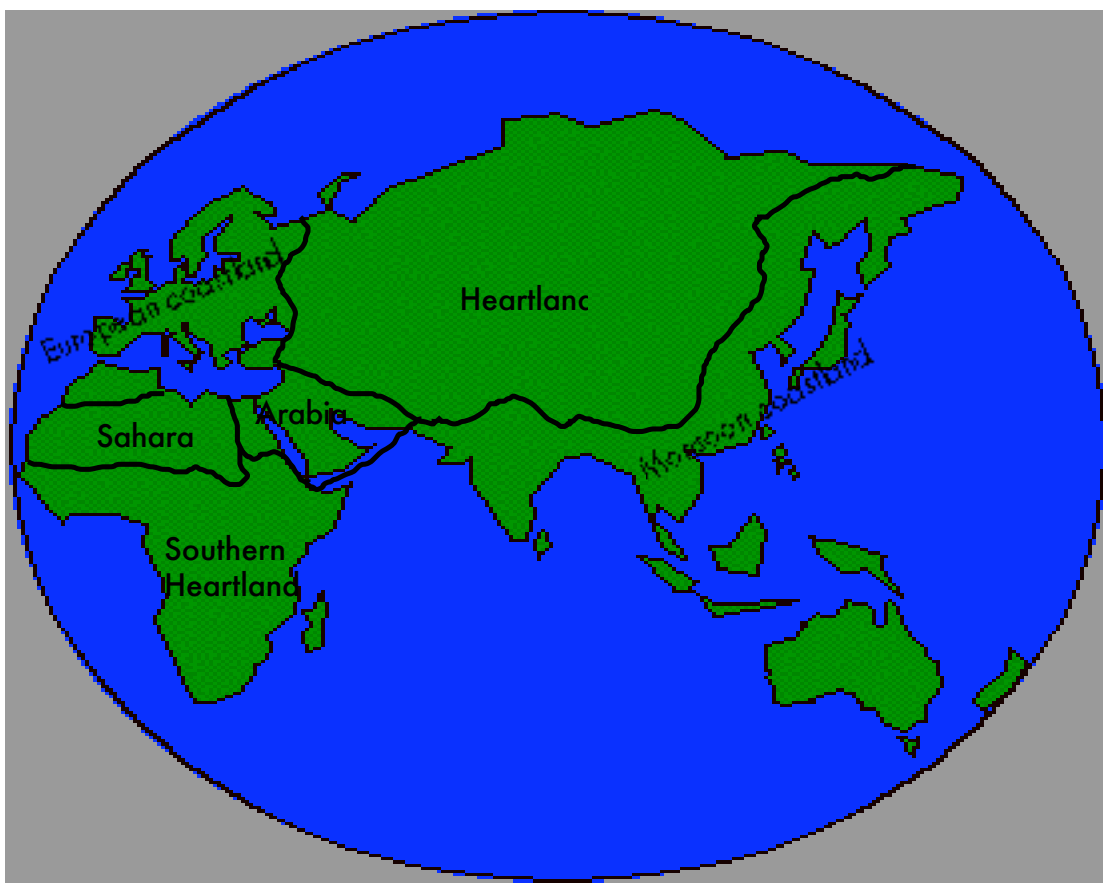
cadeias montanhosas no sul) são praticamente inacessíveis às talassocracias (*i. e.* ao poder marítimo).

Em *Democratic Ideals and Reality*, Mackinder começou por lembrar que o pensamento dos “grandes organizadores” que mais influenciaram o destino político da Europa do século XIX (Napoleão I e Bismarck), foi sempre de tipo essencialmente estratégico. E que esta forma de pensamento se contrapõe, naturalmente, ao pensamento dos democratas puros (Mackinder estava, provavelmente, a pensar no “idealismo” do presidente norte-americano Woodrow Wilson...), que tendem a raciocinar quase exclusivamente em termos de grandes princípios éticos (e jurídicos). Por isso, Mackinder fez notar que, apesar da importância dos ideais democráticos, não se podia subestimar o impacto que o pensamento estratégico dos grandes organizadores tinha na política internacional. E isto podia facilmente verificar-se pela análise da história europeia: para responder à França e ao agressivo militarismo napoleónico após a derrota de Jena (1806), a Alemanha (ou melhor a multiplicidade de entidades políticas autónomas que partilhavam o espaço germânico), sob o galvanizador impulso intelectual de Johan Gottlieb Fichte, através dos empolgantes *Reden an die Deutsche Nation* (Discursos à Nação alemã), proferidos na Universidade de Berlim (1807-1808) lançou, sob a liderança da Prússia, as bases do serviço militar obrigatório, da educação universal obrigatória, e estabeleceu, ainda, uma forte ligação entre a instituição universitária e a academia militar, onde se formava grande parte da elite dirigente alemã. Foi a superioridade daquilo que parafraseando o estratega militar britânico Liddell Hart se pode qualificar como a “grande estratégia” nacional alemã (*i. e.*, uma estratégia que não se restringiu aos aspectos militares, antes foi formulada em termos globais, ou seja militares, económicos, culturais, etc), baseada na *Kultur* que, na segunda metade do século XIX permitiu à Alemanha de Otto von Bismarck superar a França de Napoleão III, ascendendo a potência dominante da Europa continental.

Assim, Mackinder recorrendo a uma metáfora cheia de simbolismo e originalidade, lembrou aos dirigentes dos Estados vencedores da I Guerra Mundial que, conforme um general romano instruíra um escravo para segredar-lhe ao ouvido que era mortal (de modo a que nos momentos de triunfo militar não perdesse a noção da realidade), também estes deveriam ter alguém a lembrar-lhes repetidamente: *who*

*rules East Europe commands the Heartland; who rules the Heartland commands the World-Island; who rules the World-island commands the World*<sup>3</sup> (quem controlar a Europa de Leste domina o *Heartland*; quem controlar o *Heartland* dominará a Ilha-Mundial; quem controlar a Ilha-Mundial dominará o mundo) (Mackinder, 1919 [1942]: 150).

**Mapa II – A Ilha Mundial dividida em seis regiões naturais**



Fonte: Halford J. Mackinder (1919 [1942]: 78-79) – adaptação

De facto, Mackinder, com a publicação da obra *Democratic Ideals and Reality*, pretendeu intervir nesse debate, chamando à atenção dos principais dirigentes políticos da aliança militar vencedora – Lloyd George (Reino Unido), Woodrow

<sup>3</sup> “Who rules Bohemia rules Europe was how Bismarck had expressed the theme. The Masaryk [Thomas G. ], articles on Pan-Germanism in *The New Europe* had made Mackinder fully aware of this line of thought in German consciousness [...] In *Democratic Ideals and Reality* Mackinder encapsulated this theme in his widely quoted jingle” (Blouet, 1987: 167).

Wilson (EUA) e Georges Clemenceau (França) – para a necessidade premente de organizar a Europa de Leste, mantendo-a fora do controlo dum única potência terrestre, por força das específicas características peninsulares da Europa Ocidental. Assim, aquilo que designou como um cordão de *buffer-states* (Estados-tampão), deveria separar a Alemanha da Rússia, evitando que uma só potência dominasse o *Heartland* (Mackinder, 1919 [1942]: 158). Assinalável é o facto deste trabalho do geógrafo britânico ser não só um marco importante do pensamento realista-político, em defesa da tradicional *balance of powers* (balança dos poderes), como constituir uma interessante antecipação de muitos dos argumentos usados nos virulentos ataques a que foi sujeito o idealismo consubstanciado na Sociedade das Nações (instituída precisamente em 1919), ao longo da segunda metade dos anos 30, nomeadamente pelo seu compatriota – o historiador Edward H. Carr – em *The Twenty Years Crisis* (1939).

4. Não é possível compreender as imagens profundamente negativas e diabolizadas (criadas sobretudo no mundo anglo-saxónico e especialmente nos EUA), em torno da *Geopolitik* e de Karl Haushofer, se não se tiver em conta o enorme impacto (e apreensão) gerado junto do público norte-americano, pelos sucessos da *weermacht* (o exército da Alemanha nazi) na II Guerra Mundial, durante a sua *blitzkrieg* (guerra relâmpago) que levou à conquista de quase toda a Europa, nos anos 1939-1941; nem é possível compreender também essas imagens, senão tivermos em consideração o envolvimento directo dos EUA nesse conflito, a partir do ataque do Japão à base naval de Pearl Harbour, nas ilhas do Hawaii, no Oceano Pacífico, a 8 de Dezembro de 1941.

É possível constatar-se que os *media* norte-americanos mostravam já bastante interesse e curiosidade, quer pela *Geopolitik*, quer pela personalidade de Haushofer, mesmo antes da entrada dos EUA na II Guerra Mundial. Diversos artigos com título sugestivos apareceram um pouco por toda a imprensa, sendo os mais célebres (e sensacionalistas) da autoria do jornalista Frederick Sondern. *Hitler's Scientists* (Os Cientistas de Hitler) e em *The Thousand Scientists behind Hitler* (Mil Cientistas por detrás de Hitler) figuram nos anais dos principais relatos mediáticos sobre a “nova ciência alemã” (Ó Tuathail, 1996: 111-121). Estes artigos foram publicados no ano de 1941, respectivamente, na *Reader's Digest* e na *Collier's* (duas publicações de

massa), tendo um enorme impacto no público norte-americano. Em *The Thousand Scientists behind Hitler*, era descrita a existência de um “mítico” Instituto de Geopolítica, em Munique, (algo que de facto se verificou nunca ter existido e cuja invenção, tem, provavelmente, origem na deturpação do papel de outra instituição, a *Deutschen Akademie* (Academia Alemã), que Haushofer efectivamente presidiu entre 1934 e 1937...), chefiado por Haushofer, e sugerido que Hitler tinha uma espécie de “pacto satânico com forças obscuras, uma das quais seria uma nova ciência de conduzir a política e a guerra. Essa nova arma, a geopolítica, saída dos laboratórios de Munique, seria servida por um grupo de cientistas enfeudados à política agressiva alemã.” (Frederick Sondern citado por Valente de Almeida, 1988 [1990]: 138).

Já depois da entrada dos EUA na guerra, a revista *Life* de 21 de Dezembro de 1942, anunciava como título do artigo principal, da autoria de J. Thorndike: *Geopolitics: The lurid career of a scientific system which a Briton invented, the Germans used and the Americans need to study* (Geopolítica: O atraente percurso de um sistema científico que um Britânico inventou, os Alemães usam e os Americanos precisam de estudar) (Ó Tuathail, 1996: 111). Neste contexto, é possível verificar-se que o ano de 1942 foi particularmente importante, tendo sido, durante o mesmo, publicados diversos trabalhos influentes, agora sobre a forma de livro, todos, curiosamente da autoria de emigrantes europeus da *Mittel Europa* (Europa Central), que se radicaram nos EUA, e consubstanciando um conjunto de estudos, os quais, parafraseando Ó Tuathail (1996: 121), se podem qualificar como do tipo *middle-brow policy narrative* (i. e. como trabalhos interessantes, mas sem muita profundidade e grande rigor académico). Entre esses trabalhos destacam-se os da autoria de Hans Weigert intitulado *Generals and Geographers: The Twilight of Geopolitics* (Generais e Geógrafos: O Crepúsculo da Geopolítica) e o de Robert Strausz-Hupé, *Geopolitics: The struggle for Space and Power* (Geopolítica: A luta pelo Espaço e pelo Poder), que vamos analisar sinteticamente e apenas nos seus traços essenciais.

Para Hans Weigert (1942: 28-29), a essência pensamento cultural e político germânico do início do século XX, e as raízes da *Geopolitik*, podiam encontrar-se já na leitura do *best-seller* de Oswald Spengler, *Der Untergang des Abendlandes I-II*

(1918-22), obra que os norte-americanos trataram com superficialidade<sup>4</sup> e cuja recepção nos meio cultural e político dos EUA foi feita com manifesta falta de espírito crítico. Quanto à influência de Haushofer sobre Adolf Hitler, Weigert demarcou-se, pelo menos em parte, daqueles que, especulativamente, pretendiam ver o dedo de Haushofer em toda a acção política de Hitler e na redacção do *Mein Kampf* (A Minha Luta). A este propósito referiu, em tom irónico, que Haushofer certamente “teve o azar de perder o autocarro para visitar Hitler na prisão de Landsberg” quando este estava a escrever o famoso capítulo XIV do *Mein Kampf*, o qual contém as principais directrizes da política externa do *III Reich* (Weigert, 1942: 151). Isto porque o seu conteúdo diverge das principais teses geopolíticas de Haushofer, que sempre foi contrário à “operação Barbarossa”, ordenada por Hitler, em 1941, e que levou, à invasão da ex-União Soviética, com resultados catastróficos para os exércitos nazis e para a sobrevivência do regime hitleriano.

Paralelamente ao processo de especulação (e de “satanização”) que se desenvolvia nos *media* norte-americanos e, em menor grau, na já referida literatura do tipo *middle-brow*, a *Geopolitik* foi simultaneamente objecto de um processo de descridibilização, agora a um nível mais profundo e especificamente académico-científico. Nesse processo, destacou-se o mais célebre e influente geógrafo norte-americano da primeira metade do século XX – Isaiah Bowman – director da *American Geographical Society* (1915-1935), conselheiro-chefe para as questões territoriais do presidente Woodrow Wilson, na Conferência de paz de Versalhes (1919), membro fundador e presidente (1931-1934) do *Council on Foreign Relations* que esteve na origem da fundação da revista norte-americana, *Foreign Affairs*, em 1922, (criada com o objectivo de combater as tendências isolacionistas dos EUA e forjar uma nova consciência geográfica nos EUA, despertando o público e os dirigentes norte-americanos para o seu papel nos assuntos internacionais), presidente da Universidade Johns Hopkins (1935-1948) e conselheiro do departamento de Estado para as questões territoriais durante a II Guerra Mundial. Bowman começou por ser conhecido do grande público, pela organização de expedições patrocinadas pela *American*

---

<sup>4</sup> A começar pelo título que, na opinião de Weigert, foi mal traduzido pelo editor norte-americano, para *The Decline of The West, i. e.* “A Decadência do Ocidente”, quando deveria ter sido traduzido para *The*

*Geographical Society* e posterior publicação dos seus relatos, sendo a mais importante aos Andes situados a Sul do Perú, em 1915 (uma semelhança notória com o percurso de Mackinder). Mas, foi sobretudo o trabalho intitulado *The New World: Problems in Political Geography* (O Novo Mundo: Problemas de Geografia Política, 1921), onde descreveu e analisou os impérios, os Estados e as colónias do mundo, na sequência dos arranjos territoriais saídos da I Guerra Mundial, que lhe deu maior notoriedade: o departamento de Estado distribuiu 400 cópias pelas suas representações consulares em todo o mundo e, durante a II Guerra Mundial, foram distribuídas 200 cópias pelas livrarias de campo do exército norte-americano (Ó Tuathail, 1996: 151-152). Por sua vez, com os desenvolvimentos da II Guerra Mundial e a crescente atenção prestada pelos *media* à Geopolítica aumentou a notoriedade de Bowman. No discurso público norte-americano era referido correntemente como “o nosso” geopolítico; e, simultaneamente, gerou-se nos *media* uma tendência espontânea de o qualificar como o “Haushofer americano” o que, por razões patrióticas e académicas compreensíveis, irritou o célebre geógrafo. E, por reacção a esta “ligação perigosa”, Isaiah Bowman publicou um influente artigo na *Geographical Revue*, em Outubro de 1942, intitulado *Geography versus Geopolitics*, onde afirmava que “a Geopolítica representa uma visão distorcida das relações históricas, políticas e geográficas do mundo e das suas partes... os seus argumentos tal como são desenvolvidos na Alemanha servem apenas para sustentar o caso da agressão alemã” (Isaiah Bowman citado por Ó Tuathail, 1996: 154).

Este esforço de demarcação de Isaiah Bowman face à “ciência Geopolítica” (*i.e.* à *Geopolitik*) foi secundado em publicações sobre Política Internacional dirigidas a públicos selectivos, como a *Foreign Affairs*, através da contraposição de teses geopolíticas “boas”, onde se evitava o uso da palavra proscrita. Ainda no ano de 1942, e na consequência do interesse do público norte-americano por *Democratic Ideals and Reality* de Mackinder, surgiram duas reedições desse trabalho (respectivamente em Maio e Outubro) e Hamilton Fish Armstrong, o editor na época da *Foreign Affairs*, solicitou a Mackinder uma revisão da teoria do *Heartland* face aos acontecimentos da II Guerra Mundial. Dessa solicitação resultou um famoso artigo intitulado *The Round*

*World and the Winning of the Peace*, publicado em Julho de 1943, onde Mackinder formulou a tese do *Midland Ocean*, numa antecipação daquilo que ficou conhecido por política de *containment* do expansionismo soviético, na época de Harry Truman, e que esteve na génese da Aliança Atlântica.

Mas, nesse mesmo ano de 1942, surgiram também dois importantes trabalhos da autoria de um norte-americano de origem holandesa, Nicholas John Spykman, ex-jornalista (1913-1920) e professor de Relações Internacionais na Universidade de Yale desde 1928, (onde foi também director do Instituto de Relações Internacionais. O primeiro, intitulado *The America's Strategy in World Politics. The United States and the Balance of Power* (1942), para além de ter recebido comentários elogiosos de Isaiah Bowman, foi qualificado pelo seu editor, a *Harcourt, Brace and Company*, como “a primeira análise geopolítica abrangente da posição dos Estados Unidos no mundo” feita pela “maior autoridade norte-americana em geopolítica” (apresentação de Spykman na capa da edição de 1942). Quanto ao segundo, *The Geography of the Peace* (1944), redigido em 1943 mas publicado postumamente, marcou decisivamente a política externa do pós-II Guerra Mundial com o conceito de *Rimland* (uma zona entre os poderes marítimo e terrestre, que abrangia parte da Europa Ocidental, o Médio Oriente, a Turquia, o Irão, a Índia, o Paquistão, a China, a Coreia, o Japão, o Sudoeste Asiático e a costa do pacífico da Rússia) uma área geoestratégica determinante para a segurança dos EUA no mundo (e que influenciou toda a sua política de alianças militares).

É neste contexto politicamente tumultuoso e de separação de águas entre uma geopolítica “boa” e uma geopolítica “má” que tem de ser entendida a conhecida (mas frequentemente mal interpretada) afirmação do professor da Universidade de Chicago, Hans J. Morgenthau (um dos principais impulsionadores do estudo académico autónomo das Relações Internacionais nos EUA) de que “a geopolítica é uma pseudociência” (1948 [1997]: 178). O que Morgenthau (tal como Bowman) quis de facto qualificar como uma pseudociência não foi, como pode parecer à primeira vista, a Geopolítica (*i.e.*, o saber geopolítico em geral), mas, apenas, uma determinada visão geopolítica particular, a da *Geopolitik* (*i.e.*, a geopolítica alemã-nazi). Certamente que nem Bowman, nem Morgenthau, pretendiam incluir nas suas críticas

os trabalhos geopolíticos do britânico Mackinder (que sempre evitou usar a palavra Geopolítica...) nem os do seu compatriota Spykman que, aliás, se inserem perfeitamente na sua visão realista e anglo-saxónica das Relações Internacionais. Mas, o esforço empreendido pelos meios académico-científicos norte-americanos de “separação de águas”, entre uma “Geopolítica boa” (não designada por Geopolítica...) e uma “Geopolítica “má” não foi em vão: o uso palavra Geopolítica foi praticamente banido do vocabulário da Política Internacional durante três décadas (até aos anos 70 do século XX). A principal ironia deste processo é que, paralelamente, o pensamento geopolítico floresceu nos EUA do pós II Guerra Mundial mais do que em qualquer outro Estado do mundo...

José Pedro Teixeira Fernandes